



**Processo n.º:** 8.454/2016-e

**Origem:** Administração Regional do Riacho Fundo II – RA XXI

Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal – SEC/DF

Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal – Sejus/DF

**Assunto:** Representação

**Ementa:** Representação n.º 1/2016-ML formulada pelo MPJTCDF, versando acerca de possíveis irregularidades na contratação da empresa Star Comércio, Locação de Serviços Gerais Ltda. como representante exclusiva de artistas, para apresentação em eventos realizados pela Administração Regional do Riacho Fundo II – RA XXI e pelas Secretarias de Estados de Cultura do Distrito Federal – SEC/DF e de Justiça e Cidadania do Distrito Federal – Sejus/DF. Decisão n.º 1.445/2016: conhecimento da Representação n.º 1/2016-ML; concessão de prazo à RA XXI, à SEC/DF e à empresa Star Comércio, Locação de Serviços Gerais Ltda. para manifestação a respeito dos fatos reportados na exordial; ciência da decisão ao representante; envio de cópia de peças dos autos aos interessados, para auxílio no cumprimento da diligência; e retorno dos autos à Seacom/TCDF. Encaminhamento de informações pela RA XXI e SEC/DF. Ingresso de pedido de prorrogação de prazo formulado pela empresa Star Comércio, Locação de Serviços Gerais Ltda.. Despacho Singular n.º 260/2016 – GCIM: concessão do pleito. Manifestação da empresa. Decisão n.º 6.128/2016: conheceu da documentação carreada aos autos; considerou atendida a diligência constante do item II da Decisão n.º 1.445/2016; sobrestou o exame de mérito da Representação n.º 1/2016-ML; e concedeu prazo para manifestação da Sejus/DF acerca das irregularidades relacionadas ao Processo n.º 400.001.120/2010. Manifestação da Pasta. Exame de mérito da Representação n.º 1/2016-ML, em cotejo com os esclarecimentos encaminhados em atenção às Decisões n.ºs 1.445/2016 e 6.128/2016. Unidade instrutiva, após afastar a ocorrência de irregularidades no âmbito do Processo n.º 400.001.120/2010, propõe que se delibere sobre o conteúdo da Informação n.º 181/2016 – 3ª Diacom e do Parecer n.º 1084/2016 – GPML. Fato superveniente: ingresso de pedido de vista/cópia formulado pelo Sr. Hamilton Pereira da Silva, mediante representante legal. Despacho Singular n.º 132/17 – GCIM: concessão do pleito. MPJTCDF aquiesce às conclusões relativas ao Processo n.º 400.001.120/2010 e reitera o parecer ministerial precedente. Decisão n.º 3.741/2017: levantar o sobrestamento determinado no item III da Decisão n.º 6.128/2016; considerar atendida a diligência constante do item IV da Decisão n.º 6.128/2016 e, no mérito, procedente a Representação n.º 1/2016-ML apenas em relação às irregularidades identificadas nos Processos n.ºs 150.000.711/2012, 150.002.683/2011 e 150.003.014/2012; determinar a audiência dos responsáveis pelas irregularidades identificadas nos referidos processos; dar ciência da Decisão que vier a ser proferida aos interessados; e autorizar o retorno dos autos à Seacom/TCDF. Ingresso de pedido de cópia dos autos formulado pela sociedade empresária Star Comércio, Locação de Serviços Gerais Ltda., mediante representante legal. Despacho Singular n.º 530/17 – GCIM: concessão. Ingresso de novo pedido de prorrogação de prazo por 30 (trinta)



dias formulado pelo Sr. Dorival Gomes Brandão Neto para encaminhamento das justificativas demandadas no *decisum* n.º 3.741/2017. Despacho Singular n.º 170/2018 – GCIM: concessão. Ingresso de pedido de cópia e de vista formulado pelas novas representantes legais do Sr. Hamilton Pereira da Silva. Despacho Singular n.º 375/2018: concessão. Análise das razões de justificativa. Unidade instrutiva pugna pelo conhecimento do expediente acostado ao feito, improcedência das razões de justificativa apresentadas pela Sra. Raquel Durrewald Pickersgill, revelia dos demais responsáveis citados, aplicação de multa aos gestores chamados em audiência e retorno dos autos à Seacomp/TCDF. Audiência do Ministério Público. Parecer convergente. Ingresso e juntada de razões de justificativa do Sr. Dorival Gomes Brandão Neto no período de recesso regimental. Despacho Singular n.º 53/2019 – GCIM: retorno dos autos à Seacomp/TCDF para reinstrução. Análise de cumprimento de diligência interna. Unidade instrutiva pugna pelo conhecimento das razões de justificativa apresentadas pela Sra. Raquel Durrewald Pickersgill e pelo Sr. Dorival Gomes Brandão Neto, considerando-as improcedentes; revelia de responsável nos termos do art. 13, § 3º, da LC n.º 01/1994; aplicação de multa, com fulcro no art. 57, inciso II da LC n.º 01/1994, aos responsáveis e o retorno dos autos à Seasp/TCDF. Parecer convergente. Inserção dos autos em julgamento na sessão ordinária n.º 5.151 a realizar-se em 08.08.2019 consoante Extrato de Pauta s/n.º, publicado no DODF de 06.08.2019. Ingresso de peticionamento do Sr. Dorival Gomes Brandão Neto requerendo a realização de sustentação oral. Análise do pedido. Despacho Singular n.º 434/2019 – GCIM: Fixação da data de 05.09.2019 para exercício da sustentação oral demandada. Ingresso de pedido de cópia de peças ainda não apreciadas pelo Plenário formulado pelo Sr. Dorival Gomes Brandão Neto cominado com pedido de solicitação de adiamento da sustentação oral fixada para ocorrer em 05.09.2019. Despacho Singular n.º 499/2019 – GCIM: Concessão de cópia das peças carreadas ao feito após prolação da Decisão n.º 3.741/2017 e redesignação da sustentação oral pleiteada pelo interessado para o dia 1º.10.2019. **Nesta fase**: realização da sustentação oral peticionada pelo Sr. Dorival Gomes Brandão Neto, designada para a presente assentada.

## RELATÓRIO

Cuidam os autos da Representação n.º 1/2016-ML, formulada pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal – MPjTCDF, da lavra do ilustre Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima, versando acerca de possíveis irregularidades na contratação da empresa Star Comércio, Locação de Serviços Gerais Ltda. como representante exclusiva de artistas, para apresentação em eventos realizados pela Administração Regional do Riacho Fundo II – RA XXI e pelas Secretarias de Estado de Cultura do Distrito Federal – SEC/DF e de Justiça e Cidadania do Distrito Federal – Sejus/DF (e-DOC 6909CCDC-e e anexos1 ).

Na Sessão Ordinária n.º 4.974, de 03.08.2017, esta Corte de Contas prolatou a **Decisão n.º 3.741/2017** (e-DOC 1417B33A-e), *in verbis*:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do Ofício n.º 1080/2016-GAB/SEJUS (e-DOC 39CE50DC-c), encaminhado pela Secretaria de*



*Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal – Sejus/DF; b) da Informação n.º 5/2017 - 3ª Diacomp (e-DOC C813ECD6-e); c) do Parecer n.º 237/2017–ML (e-DOC 4D73F546-e); II – levantar o sobrestamento determinado no item III da Decisão n.º 6.128/2016; III – considerar: a) atendida a diligência constante do item IV da Decisão n.º 6.128/2016; b) no mérito, procedente a Representação n.º 1/2016-ML apenas no que tange aos Processos nºs 150.000.711/2012, 150.002.683/2011 e 150.003.014/2012; IV – com fulcro nos arts. 248, inciso IV, e 269 do RI/TCDF, **promover a audiência dos responsáveis indicados a seguir, para apresentarem, no prazo de 30 (trinta) dias, razões de justificativa acerca das irregularidades apontadas**, ante a possibilidade de aplicação da multa prevista no inciso II do art. 57 da Lei Complementar n.º 01/1994: a) Sr.ª Maria de Fátima Santos de Deus (então Subsecretária de Políticas de Promoções Culturais da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal – SEC/DF), por ter atestado representações artísticas exclusivas, supostamente forjadas, da firma Star Comércio, Locação de Serviços Gerais Ltda. quando da elaboração dos projetos básicos das contratações relativas aos Processos nºs 150.000.711/2012 e 150.002.683/2011, contrariando o disposto no inciso III do art. 25 da Lei n.º 8.666/1993; b) Sr.ª Raquel Fátima Durrewald Pickersgill (então Diretora de Promoções Culturais da SEC/DF), por ter atestado representação artística exclusiva, supostamente forjada, da firma Star Comércio, Locação de Serviços Gerais Ltda. quando da elaboração do projeto básico da contratação relativa ao Processo n.º 150.003.014/2012, contrariando o disposto no inciso III do art. 25 da Lei n.º 8.666/1993; c) Sr. Dorival Gomes Brandão Neto (exSubsecretário de Políticas de Promoções Culturais da SEC/DF), por ter atestado representação artística exclusiva, supostamente forjada, da firma Star Comércio, Locação de Serviços Gerais Ltda. quando da elaboração do projeto básico da contratação relativa ao Processo n.º 150.003.014/2012, contrariando o disposto no inciso III do art. 25 da Lei n.º 8.666/1993; V – dar ciência desta decisão ao Representante, aos Órgãos envolvidos (Administração Regional do Riacho Fundo II – RA XXI, Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal – SEC/DF e Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal – Sejus/DF) e à empresa Star Comércio, Locação de Serviços Gerais Ltda.; VI – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento - Seacomp/TCDF, para os devidos fins. (grifos acrescidos)*

Em atenção ao item IV do *decisum*, a Sra. Raquel Fátima Durrewald Pickersgill, então Diretora de Promoções Culturais da SEC/DF, apresentou razões de justificativa (e-DOC 0201FAE3-c), as quais foram analisadas na Informação n.º 161/2018 – 3ª Diacomp (e-DOC 41CB39FD-e) e no Parecer n.º 1.026/2018–ML (e-DOC 5B50C6DC-e).

Estando os autos conclusos para relatoria, o Sr. Dorival Gomes Brandão Neto apresentou suas razões de justificativa (e-DOC B0DBFB40-e). Assim, por meio do **Despacho Singular n.º 53/2019 – GCIM** (e-DOC C7DFDA38-c), em atenção ao contraditório e à ampla defesa, os autos retornaram a unidade instrutiva para reinstrução.



Por outro lado, a Sra. Maria de Fátima Santos de Deus não apresentou sua defesa aos autos.

## MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE INSTRUTIVA

A unidade instrutiva, mediante a Informação n.º 005/2019 – DIGEM3 (e-DOC 78549322-e), examinou as alegações de defesa apresentadas pelos responsáveis, assim:

### *“II - RAZÕES DE JUSTIFICATIVA DO SR. DORIVAL GOMES BRANDÃO NETO*

*9. Informa que o foco da irregularidade apresentada diz respeito somente à exclusividade, tendo em vista as declarações terem sido emitidas em datas próximas ao evento. Certifica que não foi levantado prejuízo financeiro, tampouco questionadas outras comprovações.*

*10. Esclarece que a imputação de responsabilidade refere-se ao Processo n. 150.003.014/2012, na contratação do artista André Valadão para o projeto “Festa da Paz”, tendo o artista sido contratado em 13/10/2012 para a realização do projeto. O ato praticado pelo respondente teria sido a aprovação do projeto básico, atestando a contratação artística com a declaração de exclusividade.*

*11. Argumenta que a aprovação do projeto básico não pressupõe a análise de documentos anexados ao processo. Segundo informa, no projeto básico se detalham as ações do projeto, bem como o mérito cultural. A análise de documentos caberia aos setores administrativos e jurídico. Nesse sentido, o setor jurídico teria emitido parecer atestando a existência de carta de anuência, não apontando irregularidades.*

*12. Ressalta que as documentações da empresa eram “comumente juntadas ao processo após a elaboração do projeto básico por meio de equipe técnica”, portanto não os poderia analisar.*

*13. Colaciona excerto do art. 6º da Lei 8.666/1993 com a definição de projeto básico, argumentando que não elaborou o projeto básico e não poderia ser responsabilizado por ato posterior a sua confecção.*

*14. Argumenta que não possuía a responsabilidade de analisar e acatar os documentos relacionados no inciso III, art. 25 da Lei 8.666/1993 e no parecer Procad 393/2008, cabendo tais atribuições ao setor jurídico. Portanto, infere que o Parecer Jurídico supriu a exigência legal.*

### *III -ANÁLISE*

*15. Analisa-se a defesa do Sr. Dorival Gomes Brandão Neto (peça 135), bem como se rememora a análise feita na Informação n. 161/2018 (peça 124) quanto à Sra. Raquel Fátima Durrewald Pickersgill e à Sra. Maria de Fátima Santos de Deus, os três relacionado na Matriz de Responsabilização (peça 48).*

*16. Por oportuno, registra-se que o Sr. Hamilton Pereira da Silva, então Secretário de Cultura, não foi instado a se manifestar nos autos, uma vez que o Plenário desta Corte não acolheu a sugestão do Parquet (peça 52) por sua inclusão na matriz de responsabilização.*

### *III.1 - Defesa do Sr. Dorival Gomes Brandão Neto*

*17. As Razões de Justificativa apresentadas pelo Sr. Dorival Gomes Brandão Neto (peça 135), então Subsecretário de Políticas de*





*Promoções Culturais, foram admitidas com base no § 3º do art. 126 da Resolução 296/2016, o qual prevê que, a critério do relator, poderá ser admitida a juntada de documentos novos após o término da etapa de instrução.*

*18. O evento em questão foi a “Festa pela Paz”, tratado no Processo 150.003.014/2012. O fato atribuído ao respondente refere-se ao atesto da representação artística exclusiva entre a empresa Star Locação de Serviços Ltda. e o artista André Valadão. No referido processo, foi constatado que a data da declaração de exclusividade era próxima da data do evento em destaque, demonstrando uma relação pontual e não duradoura, contrariando o inciso III do art. 25 da Lei 8.666/93.*

*19. Não merecem prosperar as alegações do Sr. Dorival G. B. Neto, pois contrariam as normas e a jurisprudência conforme analisado adiante. Em adição, não foram apresentados documentos que embasassem as referidas alegações.*

*20. Na mesma linha de argumentação da apresentada pela Sra. Raquel F. D. Pickersgill, então Diretora de Promoções Culturais da SES/DF, o Sr. Dorival informou que a responsabilidade sobre a veracidade dos documentos que embasaram o projeto básico seria dos setores jurídico-administrativos.*

*21. Conforme discorrido na Informação n. 161/2018-3ªDiacomp, a Assessoria Jurídica não é responsável por aferir a veracidade dos atestados. Conforme defendido por Justen Filho<sup>1</sup>, o assessor não é responsável por fatos que não correspondem à realidade, no caso, os contratos de exclusividade.*

*22. Na linha da jurisprudência do Tribunal de Contas da União, vale citar o Acórdão 7181/2018-TCU-2ªCâmara, o qual deixa claro que a autoridade que aprova o projeto básico é corresponsável pelas irregularidades advindas de deficiências no documento técnico, pois a aprovação não é ato meramente formal ou chancelatório, e sim ato de fiscalização por meio do qual a autoridade competente referenda os procedimentos adotados e o conteúdo elaborado.*

*23. Em adição, o vício relativo à ausência de exclusividade estava explícito nos autos, tendo em vista que as datas das declarações de exclusividade eram próximas da data do evento realizado. Isso é motivo suficiente para invalidar a relação de exclusividade intentada pela empresa. Inclusive, para fundamentar a invalidação, transcreve-se síntese do Acórdão 642/2014-TCU-1ªCâmara<sup>2</sup>:*

*Na contratação direta de artistas consagrados, com base no inciso III do art. 25 da Lei 8.666/93, por meio de intermediários ou representantes, deve ser apresentada cópia do contrato, registrado em cartório, de exclusividade dos artistas com o empresário contratado. O contrato de exclusividade difere da autorização que dá exclusividade apenas para os dias correspondentes à apresentação dos artistas e é restrita à localidade do evento, a qual não se presta para fundamentar a inexigibilidade.*

*24. Outro argumento incabível é o de que “não há como ser responsabilizado por ato ou ação efetivada posteriormente no processo”, quando se referiu que “as documentações, da empresa eram comumente juntadas após a elaboração do projeto básico por meio de equipe técnica”.*

*25. A declaração do Sr. Dorival não afirma que não houve ciência dos documentos de exclusividade. Afirma, de modo vago, que as documentações da empresa eram juntadas ao processo após a*



*elaboração do projeto básico, com vista a convencer que não tomou ciência das declarações de exclusividade. Não se podem acolher tais argumentos, uma vez que desacompanhados de qualquer comprovação.*

*26. Ainda que se considerasse a hipótese aventada pelo respondente, verificar-se-ia igualmente a irregularidade. Ao aprovar o Projeto Básico, conforme Cláusula 7ª, o gestor assumiu que a contratação estaria de acordo com as exigências da Lei 8.666/93, dentre elas a exclusividade do artista contratado por empresa interposta.*

*27. Conclui-se, assim, que, na condição de autoridade responsável pela aprovação do projeto básico, a qual traz consigo inexorável dever de supervisão e fiscalização, o respondente cometeu erro grosseiro passível de sanção por esta Corte, no que tange à aprovação do projeto básico do processo administrativo nº 150.003.014/2012.*

*III.2 - Defesa da Sra. Raquel Durrewald Pickersgill*

*28. Na Informação 161/2018-3ªDiacomp (peça 124) analisaram-se os esclarecimentos apresentados pela Sra. Raquel Durrewald Pickersgill (peça 101), então Diretora de Promoções Culturais da SEC/DF. A respondente atribuiu a responsabilidade pela verificação da veracidade dos documentos à assessoria jurídico-legislativa.*

*29. Verificou-se, então, que a assessoria jurídico-legislativa é responsável pelo exame formal de minutas de editais de licitação, não tendo, a priori, um particular dever de fiscalização material, o qual corresponde às autoridades dotadas de competências de gerência e supervisão. Ainda, segundo Justen Filho<sup>3</sup>, “[o] parecerista jurídico não responde por ações e omissões imputáveis exclusivamente a outros agentes administrativos. Assim, não é responsabilizável o assessor jurídico quando os fatos expostos no processo não correspondem à realidade”. Mais adiante, afirma que “[s]e o parecer fornecido era compatível com a consulta submetida, a revelação dos defeitos quanto à narrativa deve gerar a responsabilização daquele que forneceu ao consultor jurídico a versão incorreta dos fatos”.*

*30. Foi visto, também, que o Decreto n. 34.577/2013 exigia que, na contratação de artista por meio de representante exclusivo, deveria ser apresentado o contrato de agenciamento, com vigência mínima de 6 (seis) meses (art. 26, II).*

*31. Desse modo, a ausência de exclusividade estava evidente, tendo em vista a proximidade entre as datas do evento e da declaração de exclusividade, conforme transcrição do § 18 da Informação 161/2018-3ªDiacomp:*

*18.O atesto significa certificar por certo, ou seja, aferir a validade e existência dos documentos apresentados. No caso em análise, foi identificado pela Unidade Técnica (Peça 49, p. 11) que “a data da declaração de exclusividade é próxima da data do evento em destaque (13/10/2012), demonstrando que havia relação pontual e não duradoura entre a Star Locação de Serviços Ltda. e artista mencionado”. (grifo acrescido)*

*32. Conclui-se, pois, pela viabilidade da responsabilização da Sra. Raquel Durrewald Pickersgill, então Diretora de Promoções Culturais da SEC/DF, em face do ateste da representação artística exclusiva quando da aprovação do Projeto Básico referente ao 150.003.014/2012.*



### *III.3 - Demais responsáveis*

33. Esta Corte de Contas forneceu todos os meios e prazos para o exercício do contraditório e ampla defesa, todavia não houve manifestação da Sra. Maria de Fátima Santos de Deus.

34. Ressalte-se que a agente pública, então Subsecretária de Políticas de Promoções Culturais, também atestou a representação artística exclusiva referente ao Processo 150.002.683/2011, quando da elaboração do projeto básico da contratação, infringindo o inciso III do art. 25 da Lei nº 8.666/93.

35. Desse modo, cabe ao Tribunal considera-la revel, nos termos do art. 13, § 3º, da LOTCDF.

### *IV - Dosimetria das multas*

36. Em atenção ao disposto no § 2º do art. 22 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, incluído pela Lei nº 13.655/2018, convém levar ao Egrégio Plenário subsídios para a fixação das penas que entender aplicáveis. Tendo em vista o princípio da individualização da pena (art. 5º, XLVI, da Constituição Federal), a análise será feita por responsável.

#### *IV.1 - MARIA DE FÁTIMA SANTOS DE DEUS (CPF: 066.144.343-49)*

37. Os antecedentes da responsável não podem ser tidos por positivos, tendo em vista ter sido punida em caráter definitivo no âmbito desta Casa no Processo nº 30963/2011 (Decisão nº 2276/2014 e Acórdão nº 327/2014).

38. Quanto aos presentes autos, verificou-se que a aprovação do projeto básico das contratações relativas aos Processos nº 150.000.711/2012 e 150.002.683/2011, possibilitou a contratação ilegal de firma que não era representante exclusiva dos artistas, violando o inciso III do art. 25 da Lei nº 8.666/93. Em termos de reprovabilidade da conduta, merece ser levado em consideração igualmente o fato de a agente ter praticado a irregularidade no exercício de cargo de alta hierarquia e marcado dever de supervisão e controle na Secretaria de Estado de Cultura.

#### *IV.2 - RAQUEL DURREWALD PICKERSGILL (CPF: 029.089.889-76)*

39. Realizada pesquisa nos sistemas da Corte ("Busca" e "Imputação e Quitação de Débitos e/ou Multas"), não foram encontrados registros de penalidades ou de imputação de débito em face da responsável, podendo seus antecedentes ser tidos positivamente nesta análise.

40. Contudo, a exemplo do referido no tocante à Sra. Maria de Fátima Santos de Deus, também deve pesar na fixação do montante da sanção a gravidade da infração de que foi responsável, pela aprovação do projeto básico das contratações relativas ao Processo nº 150.003.014/2012, a qual possibilitou a contratação ilegal de firma que não era representante exclusiva dos artistas, violando o inciso III do art. 25 da Lei nº 8.666/93. Igualmente merece consideração negativa o fato de a agente ter praticado a irregularidade no exercício de cargo de alta hierarquia e marcado dever de supervisão e controle no âmbito da Secretaria de Estado de Cultura.

#### *IV.3 - DORIVAL GOMES BRANDÃO NETO (CPF: 768.641.971-15)*

41. Realizada pesquisa nos sistemas da Corte ("Busca" e "Imputação e Quitação de Débitos e/ou Multas"), não foram encontrados registros de penalidades ou de imputação de débito em face do responsável, podendo seus antecedentes ser tidos positivamente nesta análise.



42. *Todavia, a exemplo do referido no tocante às responsáveis acima citadas, também deve pesar na fixação do montante da sanção a gravidade da infração de que foi responsável, consubstanciada na aprovação do projeto básico das contratações relativas ao Processo nº 150.003.014/2012, a qual possibilitou a contratação ilegal de firma que não era representante exclusiva dos artistas, violando o inciso III do art. 25 da Lei nº 8.666/93. Da mesma forma que mencionado quanto às demais agentes chamadas em audiência, há de se ter em conta que o agente praticou a irregularidade no exercício de cargo de alta hierarquia e marcado dever de supervisão e controle na Secretaria de Estado de Cultura.*

**V - Conclusão**

43. *Esta fase processual cuidou da análise das Razões de Justificativa apresentadas pelo Sr. Dorival Gomes Brandão Neto (peça 135), admitidas por esta Corte de Contas por meio do Despacho Singular 53/2019-GCIM (peça 141).*

44. *Entendeu-se que sua defesa não foi capaz de elidir o entendimento de que a conduta praticada pelo agente público levou à irregularidade identificada, motivo pelo qual sugere-se considerar improcedentes as razões de justificativa. Cabe, portanto, aplicar-lhe a multa prevista no art. 57, II, da LOTCDF, por grave infração ao art. 25, III, da Lei Federal nº 8.666/93.*

45. *Praticaram o mesmo ato irregular as senhoras Maria de Fátima Santos de Deus (processos administrativos 150.000.711/2012 e nº 150.002.683/2011) e Raquel Durrewald Pickersgill (processo administrativo nº 150.003.014/2012), conforme relatado nos §§ 32 e 34. Neste momento, reiteraram-se os termos da Informação nº 161/2018-DIACOMP3 no que tange à rejeição das razões de justificativa da Sra. Raquel D. Pickersgill e à revelia da Sra. Maria de Fátima Santos de Deus.*

46. *Relaciona-se, nas tabelas 1 e 2, o encaminhamento sugerido quanto aos responsáveis chamados em audiência, conforme análise efetuada*  
*Instrução.*

**Tabela 1 – Razões de justificativas consideradas improcedentes**

Nome	CPF
Dorival Gomes Brandão Neto	768.641.971-15
Raquel Durrewald Pickersgill	029.089.889-76

**Tabela 2 – Revelia**

Nome	CPF
Maria de Fátima Santos de Deus	066.144.343-49

Diante do exposto, sugeriu ao egrégio Tribunal que:

*“I - tomar conhecimento das razões de justificativa apresentadas pela Sra. Raquel Durrewald Pickersgill e pelo Sr. Dorival Gomes Brandão Neto (peças 101 e 135, respectivamente);*

*II - considerar: a) improcedentes as razões de justificativas dos responsáveis citados na Tabela 1, do § 46; b) revel a responsável citada na Tabela 2 do § 46, nos termos do art. 13, § 3º, da Lei Complementar nº 1/94;*





*III - aplicar multa, com fulcro no art. 57, II da Lei Complementar n. 01/94, aos responsáveis citados nas Tabelas 1 e 2 do § 46;  
IV - autorizar o retorno dos autos à Seasp para os devidos fins.”*

Registro que as sugestões formuladas mereceram a concordância do Diretor da 3ª Dicont (e-DOC 78549322-e) e do titular da Secretaria de Contas/TCDF (e-DOC FE61821B-e).

## MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Ministério Público que atua junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal – MPJTCDF, mediante o Parecer n.º 351/2019–ML (e-DOC 88670ACF-e), da lavra do ilustre Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima, após contextualizar o feito e tecer suas considerações acerca da matéria, manifestou-se de forma convergente com o corpo instrutivo, assim:

*“34. Ante o exposto, o **Ministério Público**, convergindo com a zelosa Terceira Divisão de Acompanhamento, **acolhe** as sugestões apresentadas na Informação nº 005/2019 – DIGEM3.”* (grifos do original)

## SUSTENTAÇÃO ORAL

O presente feito foi inserido na sessão de julgamento prevista para ocorrer em 08.08.2019, consoante publicação do Extrato de Pauta s/n.º, divulgado na edição do Diário Oficial do Distrito Federal de 06.08.2019.

Entrementes, em face do ingresso do peticionamento de e-DOC CEAB3B40-c, determinei a retirada do feito da sessão de julgamento para deliberação acerca do requerimento formulado pelo Sr. Dorival Gomes Brandão Neto requerendo *“autorização para apresentar minhas justificativas por meio da SUSTENTAÇÃO ORAL referente ao processo 8454/2016.”*

Mediante os termos vazados no Despacho Singular n.º 434/2019 – GCIM (peça eletrônica 158), deferi o pedido de sustentação oral formulado pelo Sr. Dorival Gomes Brandão Neto, e fixei a data de 05.09.2019 para o exercício da sustentação oral requerida, nos termos do § 1º do art. 136 do Regimento Interno desta Casa.

O interessado foi devidamente notificado da designação da data de sustentação oral, a realizar-se nesta oportunidade, nos termos do art. 136, § 2º, do RI/TCDF, conforme o Ofício n.º 5.410/2019 – GP (e-DOC E40C5C05-e).

Posteriormente, em 03.09.2019, o Sr. Dorival Gomes Brandão Neto ingressou com dois peticionamentos neste feito contemplando pedido de cópia de peças ainda não apreciadas pelo Plenário (e-DOC EBC86AB5-c) cominado com pedido de solicitação de adiamento da sustentação oral fixada para ocorrer em 05.09.2019 (e-DOC 29828BE7-c).

Nos termos vazados no Despacho Singular n.º 499/2019 – GCIM foi deferido ao subscritor dos aludidos peticionamentos o fornecimento de cópia das



peças carreadas ao feito após prolação da Decisão n.º 3.741/2017, bem como redesignei a data para a realização da sustentação oral deferida no bojo do Despacho Singular n.º 434/2019 – GCIM para ocorrer no dia **1º.10.2019**.

O interessado foi devidamente notificado da redesignação da data de sustentação oral, a realizar-se nesta oportunidade, nos termos do art. 136, § 2º, do RI/TCDF, conforme o Ofício n.º 6.047/2019 – GP (e-DOC 97EB92ED-e).

Desse modo, esta fase processual presta-se à oitiva da sustentação oral de defesa a ser produzida pelo Sr. Dorival Gomes Brandão Neto.

É o relatório.

Sala das Sessões, 05 de setembro de 2019

**INÁCIO MAGALHÃES FILHO**  
Conselheiro-Relator